

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REQUERIMENTO Nº DE 2023 (Do Sr. Deputado Julio Lopes)

Requer a realização de audiência pública para debater o PL nº 554/2022, que dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - PROEXALTO, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - FLEXALTO, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (FICEX-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Credito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Credito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 117, inciso VIII, 255 e 256, do Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública com o intuito de debater o PL nº 554/2022, que dispõe sobre a concessão de financiamento e de equalização de taxas de juros vinculados à exportação de bens nacionais de alto valor agregado - PROEXALTO, como também a criação do Fundo de Incentivo à Exportação de Bens de Alto Valor Agregado - FLEXALTO, a criação dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de Exportação de Longo Prazo (FICEX-LP) e Fundos de Investimento em Derivativos de Credito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP), por instituições autorizadas pela CVM, e a constituição de Fundos de Investimento em Derivativos de Credito à Exportação de Longo Prazo (FIDEX-LP).

Solicito que sejam convidados:



1. Confederação Nacional de Transporte (CNT);
2. Confederação Nacional da Indústria (CNI);
3. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);
4. Ministério da Fazenda;

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos ser necessário debater com maior profundidade o PL 554/2022, que cria um programa de financiamento à exportação denominado Programa de incentivo à exportação de bens de alto valor agregado – PROEXALTO que visa financiar a cadeia da exportação de bens de alto valor agregado.

A justificativa do projeto demonstra a preocupação do autor em melhorar os incentivos creditícios e de financiamento à exportação, criando Fundos de Investimentos com incentivos fiscais na forma de renúncias fiscais. A criação desses incentivos fiscais seria compensada com alterações nas regras do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e com o fim do benefício tributário relacionado ao II (Imposto de Importação) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para embarcações e aeronaves, produtos sem similar nacional.

Nesse sentido, em que pesa a boa iniciativa do autor, é importante ampliarmos o debate para entendermos o impacto que as mudanças nas regras tributárias terão para setores importantes para a econômica, como aéreo, indústrias aeroespacial e de materiais de defesa e segurança, cadeia de turismo e até alimentos, tendo em vista o aumento de custos que a matéria poderia gerar para a aviação agrícola.

Por essas razões, considerando a relevância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, de agosto de 2023.

Deputado Julio Lopes

